

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 10/09/2013 - Edição 895

Homens rendem vigilantes, assaltam banco e levam coletes na Paraíba

Uma agência bancária, localizada no bairro de Manaíra, em João Pessoa, foi assaltada por volta das 13h desta segunda-feira (9) por cinco homens armados com revólveres e pistolas, conforme informações da Polícia Militar. A quantia roubada não foi revelada pelo banco. A polícia realiza buscas com o intuito de prender os criminosos, mas até o momento todos continuam foragidos.

De acordo com o Centro Integrado de Operações Policiais (Ciop), cinco homens chegaram à agência, mas apenas dois entraram no local. Eles passaram pela porta giratória, renderam os vigilantes, tomaram os coletes à prova de bala e em seguida anunci-

aram o assalto. Além de levar dinheiro do banco, os bandidos também tomaram celulares de alguns clientes que aguardavam atendimento.

Após o crime, os assaltantes fugiram em um veículo que já os aguardavam em frente à agência. Na fuga, eles abandonaram o carro e tomaram outro por assalto nas proximidades do viaduto do Cristo Redentor. Em seguida, continuaram a fuga em direção ao município de Santa Rita. A polícia informou que um dos homens tinha o sotaque carioca e outro tinha o cabelo pintado de vermelho.

Júnior Correia, proprietário do carro levado pelos assaltantes no viaduto do Cristo, explicou que o grupo parou

ao lado e pediu que ele saísse do carro. "Eu estava com o veículo parado, quando quatro homens armados desceram e tomaram meu carro. Tiraram minhas coisas do banco de trás e foram embora", relatou.

O presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba, Marcos Henriques, lamentou o ocorrido e disse que a quantidade de assaltos a bancos registrados no Estado preocupa a categoria, que se sente insegura. "Infelizmente falta investimento em segurança tanto por falta dos bancos como por parte do poder público. O resultado disso é uma categoria que trabalha apreensiva", declarou.

Fonte: GI

Confirmada audiência pública sobre PL 4330 na Câmara no dia 18

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB-RN), confirmou a realização de uma audiência pública na quarta-feira da próxima semana, dia 18, às 10h, no plenário da Casa, para discutir o Projeto de Lei (PL) 4330, do deputado Santo Mabel (PMDB-GO), que permite a terceirização em todas as áreas das empresas.

O debate é resultado da criação de uma comissão geral da Câmara, anunciada por Henrique Alves na tarde da última quarta-feira, dia 4, durante reunião com representantes da CUT, demais centrais sindicais e deputados da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.

A princípio, o presidente da Casa havia definido que o projeto seria vo-

tado diretamente no plenário, a partir de um requerimento de urgência de líderes partidários, mas após discussão com as entidades sindicais e parlamentares ficou decidido aprofundar as discussões para depois ser resolvida a forma de tramitação do PL 4330.

A audiência contará com a participação de trabalhadores, empregadores e instituições de Direito, como o Ministério Público e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), e será organizado pelo presidente da CCJC da Câmara, deputado Décio Lima (PT-SC).

"A criação da comissão foi fruto da intensa mobilização dos trabalhadores, com forte participação dos bancários, contra a votação da PL

4330. Agora é fundamental que estejamos novamente presentes dentro e fora da Câmara para convencer o conjunto dos deputados para que o projeto seja arquivado, na medida em que precariza o trabalho e representa uma tentativa disfarçada de reforma trabalhista e sindical", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT.

Nova mobilização

A Contraf-CUT orienta os sindicatos e as federações de bancários a organizar delegações para a nova mobilização contra o PL 4330 no dia 18, em Brasília. "Embora não haja previsão de votação, precisamos acompanhar a audiência pública e mostrar toda a

indignação dos trabalhadores diante desse projeto nocivo que somente atende aos interesses dos empresários, sobretudo dos bancos, enquanto prejudica os empregos e direitos da classe trabalhadora", destaca o secretário de Organização do Ramo Financeiro, Miguel Pereira.

Por que lutar contra o PL 4330

De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Dieese, o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais por semana e ganha 27% a menos. A cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

Caso seja aprovado como está, o PL ampliará ainda mais as condições precárias de trabalho e colocará em risco todos os contratados com carteira assinada, já que permitirá a terceirização sem limites, em qualquer setor da empresa. Nos bancos, isso poderá significar a terceirização de caixas e gerentes.

Pronto para ser votado em maio na CCJC da Câmara em caráter terminativo, o projeto recebeu aval do relator Arthur Maia (PMDB-BA). Porém, a decisão foi adiada desde então por força da pressão da CUT e das demais centrais.

Maioria dos ministros do TST contra o PL 4330

Em uma iniciativa histórica, 19 dos 26 ministros do TST enviaram

carta ao presidente da CCJC da Câmara no dia 27 de agosto, alertando para os riscos do projeto que, segundo eles, aprofunda, generaliza e descontrola a terceirização no país.

Os ministros afirmam que a aprovação do PL 4330 "negligencia e abandona os limites à terceirização já sedimentados no Direito brasileiro". A carta destaca que o PL 4330 causará grande prejuízo aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no país, com a provável "migração massiva de milhões de trabalhadores hoje enquadrados como efetivos das empresas e instituições tomadoras de serviços em direção a um novo enquadramento, como trabalhadores terceirizados, deflagrando impressionante redução de valores, direitos e garantias trabalhistas e sociais".

Os magistrados ressaltam os prejuízos fiscais, previdenciários e à saúde pública do país e afirmam: "como se sabe que os direitos e garantias dos trabalhadores terceirizados são manifestamente inferiores aos dos empregados efetivos, o resultado será o profundo e rápido rebaixamento do valor social do trabalho na vida econômica e social brasileira, envolvendo potencialmente milhões de pessoas". Para eles, "com o decréscimo significativo da renda do trabalho ficará comprometida a pujança do mercado interno no Brasil".

Anamatra divulga carta aberta contra o PL 4330

Entidade que representa mais de 3.500 juizes do Trabalho no país, a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) conclamou partidos políticos e parlamentares a rejeitarem o PL 4330, em carta aberta publicada na segunda-feira, dia 2.

No documento, a entidade afirma que a "pretexto de regulamentar a terceirização no Brasil, na verdade expande essa prática ruínoza e precarizante para todas as atividades econômicas, com risco de causar sérios danos aos trabalhadores brasileiros, caso aprovado, pela ruptura da rede da proteção trabalhista que o constituinte consolidou em 1988".

Para a Anamatra, entre os principais problemas do projeto estão a liberação da terceirização na atividade-fim da empresa e a ausência da responsabilidade solidária entre as empresas terceirizadas e contratante. Pontos que a CUT também condena.

Segundo a entidade, a terceirização é usada pelas empresas para economizar em mão de obra, mas que isso traz custos sociais para o país: "(a terceirização) constitui manobra econômica destinada a reduzir custos de pessoal na empresa, pelo rebaixamento de salários e de encargos sociais, que tem trazido uma elevada conta para o país, inclusive no que se refere aos acidentes de trabalho, uma vez que em determinados segmentos importantes da atividade econômica os índices de infortúnios são significativamente mais elevados".

Fonte: Contraf-CUT

Dispositivos apreendidos 'pescavam' os depósitos em caixas eletrônicos

Guardas municipais e policiais militares de Sumaré (SP) apreenderam neste domingo (8) onze equipamentos que fraudavam depósitos dos clientes em caixas eletrônicos da cidade. Os dispositivos que impedem o envelope de chegar aos cofres das máquinas estavam instalados em quatro agências bancárias na região central.

Os criminosos instalaram um objeto de metal no local onde são colocados os envelopes com o dinheiro. Em seguida, os golpistas iam às agências e literalmente "pescavam" os envelopes com os depósitos. "Em uma das agências foram encontrados dois envelopes. Um com R\$ 670 e outro com R\$ 100. Em outra, um com R\$ 170 e um segundo com R\$ 60", explica a

guarda municipal Roseli Pereira.

A fraude só foi descoberta porque clientes das agências perceberam algo de errado e chamaram a PM e a GM. Os correntistas disseram que quando o envelope não era pego pelo caixa, o sistema emitia uma mensagem de que um erro havia ocorrido. Ninguém foi preso.

Fonte: G1